

29.8.88

29/88

As multinacionais — diz Joelmir Beting — “dispõem da massa crítica para substituir o setor público na função de locomotiva do crescimento brasileiro”. Ora, já era tempo de que tivéssemos a coragem de dizê-lo pública e abertamente.

Aí por 1982 — estando o Brasil no mais profundo da presente recessão — fui consultado sobre se concordaria em comparecer a um encontro com homens de negócios, sabendo que eles estavam ligados essencialmente às multinacionais. Respondi, candidamente, que, se eles não se opunham a encontrar-se comigo, não seria de mim que partiria a oposição a tal encontro. E acrescentei que, quer isso agradasse, quer não, as múltis eram parte integrante da economia brasileira, e nem me passava pela cabeça que alguém pudesse conceber um plano de retomada e de desenvolvimento para o Brasil, sem ao menos formar idéia do que a Volkswagen e suas congêneres fencionavam fazer com suas sobras de caixa.

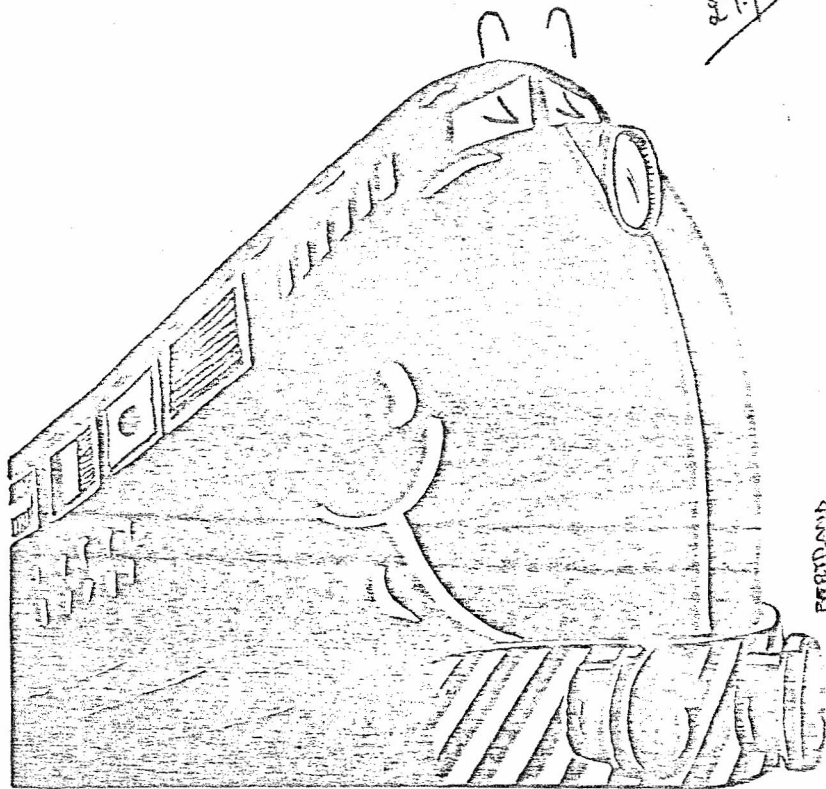
O encontro teve lugar em Atibaia e foi uma das mais fecundas oportunidades de minha vida pública — o que é muito dizer, porque tenho assessorado, desde simples vereadores a presidentes da República, passando por homens de negócios grandes e pequenos —. A troca de idéias, nem sempre foi mansa e pacífica, como era de se esperar, conhecendo-se os interlocutores, inclusive eu próprio.

Comecei por explicar isso mesmo que venho dizendo por todos estes anos, e por todos os meios ao meu alcance, isto é, que, quando a economia entra em crise, não alcança por igual todos os setores ou todas as áreas do sistema. Surgem áreas com excesso de capacidade e ao mesmo tempo, áreas estranguladas, carecidas de investimentos. Que os investimentos a se fazerem nestas últimas áreas comprometem recursos supridos pelas primeiras, aí onde se gera o excedente social. Qualquer plano de superação da crise que não confronte os dois tipos de desequilíbrio, não terá futuro.

Na espécie, apontava como cerne das áreas com excesso de capacidade, nada menos que as múltis; e como medula das áreas estagnadas, os grandes serviços de utilidade pública. Que, conseqüentemente, era mister reestruturar ambos os setores, sem esquecer os serviços de intermediação financeira, incumbidos de converter os excedentes de um setor em investimentos no outro.

Acrescentava que, ao meu ver, isso nos interessava a nós, ao sistema econômico brasileiro, mas que também interessava às múltis. Estas, afinal, não tinham destinação séria a dar aos seus recursos sobrantes.

Esta tese não foi aceita pacificamente. Um dos homens de negócios presentes argumentou que essas empresas tinham vindo para o Brasil na expectativa de poderem remeter seus lucros para as respectivas matrizes — expectativa corroborada por nossas leis — ao que respondi com o conhecido aforisma



latino de que “ad impossibilia nemo tenetur” isto é, que ninguém se obriga a fazer coisas impossíveis. Noutros termos, que a cláusula contratual que preveja obrigações impossíveis deve considerar-se como não escrita.

Fui consultado sobre a possibilidade de afastar-me, enquanto meus interlocutores discutissem o assunto a sós. Concordei e, passado uma hora, fui novamente chamado. Senti que havia ganho pelo menos metade da contenda, visto como, em vez da alegação da citada cláusula impossível, fui indagado sobre se acreditava que nosso governo concordasse com a abertura das oportunidades de investimento representadas pelos grandes serviços de utilidade pública — O Sr. acredita que os metrô das grandes cidades possam ser reestruturados como concessões de serviços públicos a empresas privadas, estrangeiras, além dos mais?

Respondi que isso dependia do agravamento da recessão. Afinal, os serviços públicos concedidos a empresas públicas haviam prestado relevantes serviços e, num país de futebolistas como o Brasil, ninguém ignora que não se deve tocar em time que está ganhando. Mas que, ao meu ver, o tempo das vacas gordas para os serviços públicos concedidos a empresas públicas havia passado, e seria pura questão de tempo que nos compenetrássemos de que outras vias teriam que ser buscadas. Não ignorava, que, na hipótese de termos que recorrer a poupança externa, nossa preferência estava na busca de capitais estrangeiros de empréstimos, como havíamos feito abundantemente nos anos 70.

De então para cá, muita água passou por sob as pontes. Embora a

oposição à privatização dos serviços de utilidade pública não tenha cedido inteiramente, atravessamos uma conjuntura que não nos deixa muitos vagares para a utopia de que tudo pode permanecer como dantes. O aval do Tesouro emergiu como uma garantia insatisfatória. Tanto do ponto de vista interno, como do externo. Só a hipoteca do que nossa lei chama de investimento dos serviços públicos pode regenerar o sistema de garantias e é claro que, sendo o tomador dessa hipoteca o Estado, é mister que o devedor não seja Estado, ou seja, que o concessionário dos serviços seja empresa privada e não pública.

Claro está que as ilusões teimam em não morrer. Acredita-se, por exemplo, que possamos limitar a privatização ao capital minoritário ou não votante, o que implica supor inexistente o problema que queremos resolver. Ou então buscamos desviar o movimento privacionista às empresas não constitutivas de concessões de serviços públicos, vale dizer, a empresas que, integrando atividades com excesso de capacidade, foram estatizadas para saneamento. Ainda uma vez buscamos supor inexistente o problema que queremos resolver.

Mas tudo isso são sonhos. As áreas dos estrangulamentos da economia nacional, aquelas que clamam por investimentos, são os serviços de utilidade pública e as áreas carregadas de capacidade ociosa integram basicamente o setor privado do sistema, tendo nas múltis o seu mais vigoroso contingente.